



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
03ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITABIRA

Inquérito Civil n.º MPMG-0317.15.001019-5

VOLUME 02

DATA DA INSTAURAÇÃO: 29/01/2016

RESPONSÁVEL PELA INSTAURAÇÃO: MATEUS BEGHINI FERNANDES

MUNICÍPIO: ITABIRA

REPRESENTANTE(S): BERNARDO MUCIDA

REPRESENTADO(S): A APURAR

ÁREA(S) DE ATUAÇÃO: PATRIMÔNIO PÚBLICO

DESCRIÇÃO DO FATO: Apurar possível irregularidade em processo Licitatório PMI/SMA/SUCON 123/2015 Concorrência nº 06/2015, do tipo menor preço Global, visando a contratação da empresa GIEX Gestão da Execução Fiscal para execução de serviços previstos referido no edital.



031715001019

Certifico que registrei estes autos no Sistema de Registro Único - SRU, assim como procedi à devida autuação. Eu, FLÁVIO ANTÔNIO RIBEIRO, OFICIAL DO MINIST. PÚBLICO-QP, assino.

BELO HORIZONTE, 19 de abril de 2016

FLÁVIO ANTÔNIO RIBEIRO
MAMP: 455800

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



TERMO DE ABERTURA

Aos 19 de abril de 2016, promovo a abertura do 2º volume do Inquérito Civil nº. 0317.15.001019-5, lavrando, para constar, o presente termo.

FR

Flavio Antonio Ribeiro
Oficial do Ministério Público / MAMP 4558



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP
SECRETARIA GERAL



São Paulo, 08/03/2018 - Nº JC: 1057491/16-0
GERM

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
AVENIDA RAJA GABAGLIA

BELO HORIZONTE
OFÍCIO: 162/2018
Nº ORDEM:

Nº 615
CEP: 30380103
MG

PROC.: 0037193010195



Em atenção ao **OFÍCIO** encaminhado, enviamos a ficha cadastral, bem como as cópias dos arquivamentos com imagens disponíveis referentes à sociedade solicitada.

Em que pesem nossos esforços durante o lapso temporal do recebimento do ofício até a presente data, que incluem ações como: mobilização de servidores, força tarefa (deslocando funcionários de outros setores) para agilizar o atendimento, cumpre-nos informar que, mesmo com referidos esforços, não logramos êxito no imediato cumprimento do quanto solicitado e justificamos o ocorrido pelo fato de que, até o momento, nem todos os documentos arquivados nesta Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) estão digitalizados. Outrossim, o arquivo físico desta autarquia encontra-se em outro município. Ademais, e apenas a título de conhecimento, há ainda um legado de 2.000 caixas, com cerca de 350 arquivamentos, em média, cada caixa, pendentes de digitalização, sendo que na necessidade destes, a busca é feita manualmente, o que enseja uma demanda de tempo ainda maior.

Aliado a este fato, esclareça-se que pela amplitude e ininterrupto fluxo das solicitações cotidianas, mesmo com as ferramentas tecnológicas e os esforços do serviço autárquico, a entrada e movimentação das solicitações é inversamente proporcional com a atual estrutura, ainda em transição para aprimoramento do atendimento efetivo. Esta amplitude se deve ao fato de que todos os setores desta Junta Comercial solicitam internamente cópias ou originais para desenvolver seu mister. Os pedidos internos somados às solicitações externas apontam para o montante de 5.000 novas solicitações a cada mês.

Para solucionar esse problema, foi contratada empresa especializada na prestação de serviços de processamento eletrônico de documentos, responsável pela digitalização de parte do acervo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – JUCESP
SECRETARIA GERAL



Desta forma, diante da imensa demanda de solicitações e visando atender a presente da melhor forma possível, encaminhamos as cópias de arquivamentos com imagens disponíveis, rogando que, caso seja necessário o envio de outro registro não contemplado pelo presente, nos seja informado o número específico a ser consultado no campo "num. doc" das fichas cadastrais, circunstância que permitirá a possibilidade de atendimento a todas as solicitações em menor tempo de escala.

Ao ensejo, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Carida Regina de Almeida Moraes
Assessora Técnica de Registro de Marcas

Lilian Cristina Moura Chiaramonte

Secretária Geral Substituta

肥田土及肥料

TIEQ ± LIMITACY

06/02/2016 10:52

INSCRIPCIÓN ESTADAL

	CAPITAL
100,000.00	(CEM MIL REATS.

-ENDERECO-

NUMERO: 79
BAIRRO: VL. VERMELHA
CEP: 04298-000 UF: SP

-OR1FTD

OBJETO

ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTARIA
MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS DE ESCRIVER, CALCULAD E DE (ELETRO)EQUIPAMENTOS NAO-ELETRONICOS PARA ESCRITORIO
ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS

- TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA -

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-74 (CPF INCORRETO), RG/RNE 174276023, SP, DOMICILIADO (A) A: RUA C. 258, APTO 34, SANTA CRUZ, SAO CAETANO DO SUL, SP, CEP NAO INF., NA SITUACAO DE SOCIO, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, RG/RNE 8960264, SP, DOMICILIADO (A) A: AV. MOEMA, 177, APTO 1013, MOEMA, SÃO PAULO, SP, CEP NÃO INF., NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.

1996-1997

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL



NUM.DOC	SESSAO	ARQUIVAMENTOS	ASSUNTO
68.344/05-3	25/02/2005		<p>TRANSFORMADA DE NIRE 35300315740..</p> <p>DENOMINACAO/RAZAO SOCIAL ALTERADA PARA EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.</p> <p>CAPITAL DA SEDE INALTERADO DE \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS.).</p> <p>ALTERACAO DOS DADOS CADASTRAIS DE CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-76, RG/RNE 17.427.602-3, (REFERENTE CPF 164.270.308-74 (CPF INCORRETO), RG/RNE 174276023), DOMICILIADO (A) A: RUA C, 158, APTO 34, SANTA CRUZ, SAO CAETANO DO SUL, SP, CEP 04182-135, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.</p> <p>ALTERACAO DOS DADOS CADASTRAIS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, RG/RNE 8.960.264, DOMICILIADO (A) A: AV. MOEMA, 177, APTO 1011, MOEMA, SAO PAULO, SP, CEP 04077-909, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.</p>
127.566/05-3	03/05/2005		<p>CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p> <p>CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS.).</p> <p>REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-76, RG/RNE 17.427.602-3, SP, (REFERENTE CPF 164.270.308-74 (CPF INCORRETO), RG/RNE 174276023, SP), DOMICILIADO (A) A: RUA C, 104, APTO 14, SANTA CRUZ, SAO PAULO, SP, CEP 04182-135, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 3.000,00.</p> <p>REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, RG/RNE 8.960.264, SP, DOMICILIADO (A) A: AV. MOEMA, 177, APTO 1011, MOEMA, SAO PAULO, SP, CEP 04077-909, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA</p>

NIRE: 35219697956

PAG.002

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FICHA CADASTRAL



NUM.DOC	SESSÃO	ARQUIVAMENTOS	ASSUNTO
336.026/05-0	24/11/2005		<p>SOCIEDADE DE \$ 297.000,00.</p> <p>CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p> <p>CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS.).</p> <p>REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-76, RG/RNE 17.427.602-3, SP, DOMICILIADO (A) A1 RUA C, 104, APTO. 14, SANTA CRUZ, SÃO PAULO, SP, CEP 04182-135, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.</p> <p>REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, RG/RNE 8.960.264, SP, DOMICILIADO (A) A1 AV. MOEMA, 177, APTO. 1011, MOEMA, SÃO PAULO, SP, CEP 04077-909, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 396.000,00.</p> <p>CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ, SITUADA A RUA OSTENDA, 79, VILA VERMELHA, SÃO PAULO, SP, CEP 04298 - 040, COM OBJETO DESTACADO DE: SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO</p>
185.314/06-5	31/08/2006		<p>ABERTURA DE FILIAL: NIRE 35903079002, SITUADA A RUA FRANCISCO BARRUECO, 129, E, JARDIM PARATI, MARILIA, SP, CEP 17519 - 500, COM OBJETO DESTACADO DE: SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO, COM CAPITAL DESTACADO DE: \$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS.). INICIO DAS ATIVIDADES: 29/08/2006.</p> <p>CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ, SITUADA A RUA OSTENDA, 79, VILA VERMELHA, SÃO PAULO, SP, CEP 04298 - 040, COM OBJETO DESTACADO DE: SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO</p>
291.812/06-5	27/10/2006		ALTERACAO DO OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO.

NIRE: 35219697956

PAG.003

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FECHA CADASTRAL



NOR.DOC	SESSAO	ARQUIVAMENTOS ASSUNTO
125.966/07-6	10/05/2007	ALTERACAO NO ENDEREÇO RESIDENCIAL DO SOCIO LUIZ ALBERTO RODRIGUES, QUE PASSARA A SER NA RUA JOSE MONTEIRO FILHO, N 150 - APTO 06, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140.
		ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:.
		ALTERACAO DOS DADOS CADASTRAIS DE CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-76, RG/RNE 17.427.602-3, SP, DOMICILIADO (A) A: RUA C, 104, APTO 14, SANTA CRUZ, SAO PAULO, SP, CEP 04182-135, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.
		ALTERACAO DOS DADOS CADASTRAIS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, RG/RNE 8.960.264-X, SP, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, APTO 06, JARDIM TRES MARIAS, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 396.000,00.
		CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.
		DENOMINACAO/RAZAO SOCIAL ALTERADA PARA EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA.
		CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL REAIS.).
		REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-76, DOMICILIADO (A) A: RUA C, 104, APTO 14, SANTA CRUZ, SAO PAULO, SP, CEP 04182-135, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 8.000,00.
		REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, APTO 06, JARDIM TRES MARIAS, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$

NIRE: 35219697956

PAG.004

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FICHA CADASTRAL



NUM.DOC	SESSAO	ARQUIVAMENTOS	ASSUNTO
288.600/08-3	10/09/2008	792.000,00; ALTERACAO DO OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO. CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.	
159.953/10-8	12/05/2010	ALTERA-SE O NOME FANTASIA DE EICON CONTROLES INTELIGENTES PARA EICON INTELIGENCIA EM CONTROLES. ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:. ALTERACAO DOS DADOS CADASTRAIS DE CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-76, RG/RNE 174276023, SP, DOMICILIADO (A) A: RUA PIRACICABA, 480, VILA VALPARAISO, SANTO ANDRE, SP, CEP 09060-180, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 8.000,00. REMANESCENTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, APTD 06, JARDIM TRES MARIAS, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 792.000,00. CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.	
294.874/10-0	16/08/2010	ABERTURA DE FILIAL: NIRE 35903813610, SITUADA A RUA BOGAERT, 107, VILA VERMELHA, SAO PAULO, SP, CEP 04298 - 020, COM OBJETO DESTACADO DE: ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, COM CAPITAL DESTACADO DE: \$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS.). INICIO DAS ATIVIDADES: 06/05/2010. ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:. REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-76, DOMICILIADO (A) A: RUA PIRACICABA, 480, VILA VALPARAISO, SANTO ANDRE, SP, CEP 09060-180, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA	

NIRE: 35219697956

PAG.005

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL



NUM.DOC	SESSAO	ARQUIVAMENTOS	ASSUNTO
			SOCIEDADE DE \$ 80.000,00.
362.317/10-0	07/10/2010		REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, APTO 06, JARDIM TRES MARIAS, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 720.000,00.
852.780/11-4	09/05/2011		ENCERRAMENTO DA FILIAL: NIRE 35903079002, SITUADA A RUA FRANCISCO BARRUECO, 129, E, JARDIM PARATI, MARILIA, SP, CEP 17519 - 500.
			JC - 1.082.466/11 DE 04/05/2011, PROCESSO N. 2287009420105020058 (2287201005802009). TRATA-SE DE MANDADO DE PENHORA E AVALIACAO N. 7014/2011 EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DA CENTRAL DE CARTAS PRECATORIAS, ATRAVES DA QUAL ENCAMINHA COPIA DO AUTO DE PENHORA E AVALIACAO EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DA 58 VARA DO TRABALHO DE SAO PAULO, ONDE FIGURAM COMO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA E COMO EXECUTADO: LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NOS AUTOS DO PROCESSO N. 02287009420105020058, NA QUAL SOLICITOU QUE PROCEDA A PENHORA E AVALIACAO DAS COTAS DESTA EMPRESA, DE PROPRIEDADE DO SOCIO LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NO VALOR TOTAL DE R\$ 792.000,00.
22.367/12-3	03/01/2012		ALTERACAO DO OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS.
			CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.
858.226/12-1	14/09/2012		JC - 1.032.839/12 DE 16/01/2012, PROCESSO N. 1882005519985020462 (1882/1998), RELACAO N. 105/2011. TRATA-SE DE OFICIO N. 2776/2011 EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DA 2 VARA DO TRABALHO DE SAO BERNARDO DO CAMPO/SP, ONDE FIGURAM COMO AUTOR: LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA E COMO REU: NAKED CONFECÇÕES LTDA E OUTRO, POR MEIO DO QUAL O MM. JUIZ DETERMINOU A DESCONSTITUICAO DA PENHORA QUE RECAIU SOBRE AS COTAS DESTA EMPRESA, DE PROPRIEDADE DO SOCIO LUIZ ALBERTO RODRIGUES CPF 030.058.098-38. APENSO O PROTOCOLO N.

NIRE: 35219697956

PAG.006

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL



NUM.DOC	SESSAO	--ARQUIVAMENTOS--	ASSUNTO
			SOCIEDADE DE \$ 80.000,00.
			REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, APTO 06, JARDIM TRES MARIAS, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 720.000,00.
362.317/10-0	07/10/2010		ENCERRAMENTO DA FILIAL: NIRE 35903079002, SITUADA A RUA FRANCISCO BARRUECO, 129, E, JARDIM PARATI, MARILIA, SP, CEP 17519 - 500.
852.780/11-4	09/05/2011		JC - 1.082.466/11 DE 04/05/2011, PROCESSO N. 2287009420105020058 (2287201005802009). TRATA-SE DE MANDADO DE PENHORA E AVALIACAO N. 7014/2011 EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DA CENTRAL DE CARTAS PRECATORIAS, ATRAVES DA QUAL ENCAMINHA COPIA DO AUTO DE PENHORA E AVALIACAO EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DA 58 VARA DO TRABALHO DE SAO PAULO, ONDE FIGURAM COMO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZ A E COMO EXECUTADO: LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NOS AUTOS DO PROCESSO N. 02287009420105020058, NA QUAL SOLICITOU QUE PROCEDA A PENHORA E AVALIACAO DAS COTAS DESTA EMPRESA, DE PROPRIEDADE DO SOCIO LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NO VALOR TOTAL DE R\$ 792.000,00.
22.367/12-3	03/01/2012		ALTERACAO DO OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS.
			CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.
858.226/12-1	14/09/2012		JC - 1.032.839/12 DE 16/01/2012, PROCESSO N. 1882005519985020462 (1882/1998), RELACAO N. 105/2011. TRATA-SE DE OFICIO N. 2776/2011 EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DA 2 VARA DO TRABALHO DE SAO BERNARDO DO CAMPO/SP, ONDE FIGURAM COMO AUTOR: LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA E COMO REU: NAKED CONFECCOES LTDA E OUTRO, POR MEIO DO QUAL O MM. JUIZ DETERMINOU A DESCONSTITUICAO DA PENHORA QUE RECAIU SOBRE AS COTAS DESTA EMPRESA, DE PROPRIEDADE DO SOCIO LUIZ ALBERTO RODRIGUES CPF 030.058.098-38. APENSO O PROTOCOLO N.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FICHA CADASTRAL

NUM.DOC	SESSAO	--ARQUIVAMENTOS--	
		ASSUNTO	
		1076775/12-3, POR MEIO DO QUAL O MM. JUIZ INFORMOU QUE O PROCESSO N. 02287009420105020058, ATUADO PERANTE A D. 58ª VT DE SÃO PAULO, TRATA-SE DE CARTA PRECATORIA EXPEDIDA PELO MM. JUIZ DA 2 VARA DO TRABALHO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.	
454.485/12-8	17/10/2012	INCORPORACAO DE NIRE 35220634423, NIRE 35225740795, NIRE 35222751494, NIRE 35220632455.	
		CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.	
88.820/14-2	06/03/2014	CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 1.600.000,00 (UM MILHAO, SEISCENTOS MIL REAIS.).	
		REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 164.270.308-76, DOMICILIADO (A) A: RUA PIRACICABA, 480, VILA VALPARAISO, SANTO ANDRE, SP, CEP 09060-180, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 160.000,00.	
		REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, APTO 06, JARDIM TRES MARIAS, SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 1.440.000,00.	
		CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.	
81.270/15-0	13/02/2015	ALTERACAO DO OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA.	
		CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.	



INFORMAÇÕES E DESPACHOS

Nome Empresarial: RICON AUDITORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA

INFORMAÇÃO INICIAL		
DATA	VETO	EXEMP.
SEDE EM NÍVEL, PRAÇA DE SEDE RELATO SOC. CADASTRAL		
DATA	VETO	EXEMP.
SEDE EM NÍVEL, RELATO DO CARÁTER DE EMPRESA DE PESSOAS E/OU DE EMPRESAS DE PESSOAS E/OU DE EMPRESAS DE PESSOAS E/OU DE EMPRESAS DE PESSOAS		
DATA	VETO	EXEMP.
SEDE EM NÍVEL, CÓPIA DE DOCUMENTO ANEXADO		
DATA	VETO	EXEMP.
OUTRAS INFORMAÇÕES		



ESTA PÁGINA É PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



INFORMAÇÕES E DESPACHOS

Nome Representante: EICOM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

Assinatura anterior		
DATA	VALOR	ESPEC.
MENS. DE VALOR PARA OS BANCOS RELATOS (CONTABILIZADO)		
DATA	VALOR	ESPEC.
MENS. DE VALOR PARA OS BANCOS RELATOS (CONTABILIZADO)		
DATA	VALOR	ESPEC.
MENS. DE VALOR PARA OS BANCOS RELATOS (CONTABILIZADO)		
DATA	VALOR	ESPEC.
MENS. DE VALOR PARA OS BANCOS RELATOS (CONTABILIZADO)		
DATA	VALOR	ESPEC.
MENS. DE VALOR PARA OS BANCOS RELATOS (CONTABILIZADO)		

EXIGENCIA

- 1 - Apresentar as certidões relativas fiscois da empresa transformada Eicom Auditoria e Consultoria S/A.
- 2 - Contato Social de Sociedade transformada Eicom Auditoria e Consultoria Ltda, deve vir acompanhado a protocolo

Mostrando Faltas



ESTA PÁGINA É PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

OUTROS ESPANHOLIZADOS QUANTIDADE DE PLANOS INSPETORIAIS REVISADOS DOCUMENTOS QUANTIDADE DE PLANOS INSPETORIAIS REVISADOS DOCUMENTOS		UNIDADE ASSINADA DATA DO REGISTRO REGULARIZANTE DO UNREGULARIZANTE DO
QUANTIDADE DE PLANOS INSPETORIAIS REVISADOS DOCUMENTOS QUANTIDADE DE PLANOS INSPETORIAIS REVISADOS DOCUMENTOS		UNIDADE ASSINADA DATA DO REGISTRO REGULARIZANTE DO UNREGULARIZANTE DO



INFORMAÇÕES E DESPACHOS

Nome Empresarial: EIXON ALCTOPRA E CONSULTORIA LTDA

INSCRIÇÃO ANTERIOR

DATA	UNTO	IDENT
------	------	-------

ARRELAÇÃO ANTERIOR PARA DESEMPENHO DE SERVIÇO (SE HOUVER)

DATA	UNTO	IDENT
------	------	-------

ARRELAÇÃO ANTERIOR PARA DESEMPENHO DE SERVIÇO (SE HOUVER) - 1º

DATA	UNTO	IDENT
------	------	-------

ARRELAÇÃO ANTERIOR PARA DESEMPENHO DE SERVIÇO (SE HOUVER) - 2º

DATA	UNTO	IDENT
------	------	-------

OUTRAS INFORMAÇÕES

DETERMINAÇÃO DE INTERVENÇÃO
POR TER A EMPRESA EM
RETRASO DE PAGAMENTO DE
DUAS BANCAS.

4/19/60



PRO

ESTA PÁGINA É PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA:
EICON AUDITORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA.
CNPJ: 53.174.058/0001-18

Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade Limitada, por transformação da Sociedade Anônima EICON AUDITORIA E CONSULTORIA S/A.

PROTOCOLO

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, maior, solteiro, técnico em contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº CRC-TC nº 1SP204099/0-0, residente e domiciliado na Rua C, nº 158 - Apto 34, Bairro Santa Cruz - São Caetano do Sul - SP, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP - SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-74 e o Sr.,

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorçado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração, CRA nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Avenida Moema, nº 177 - Apto 1011 - Moema - São Paulo - SP, portador da cédula de identidade RG nº 8.960.264 - SSP - SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Limitada: **EICON AUDITORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA**, estabelecida na Rua Ostenda, nº 79 - Vila Vermelha - São Paulo - SP, CEP: 04298-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18, constituída nos termos das deliberações, dos presentes e únicos sócios, que a este instrumento subscrevem, lavradas na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de Mudança de Controle Acionário e da Transformação de Sociedade Anônima em Sociedade Limitada, Alteração da Denominação Social e Alteração dos Objetivos Sociais, de 01 de outubro de 2004, da Empresa **EICON AUDITORIA E CONSULTORIA S/A**, arquivada na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo, na qual os referidos sócios resolveram **TRANSFORMAR** a Sociedade Anônima **EICON AUDITORIA E CONSULTORIA S/A**, devidamente inscrita na



COMUNICACION DE LA ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONistas
DE LA EMPRESA DE CONSTRUCCION TRIBUTARIA S.A.
DEL 20 DE FEBRERO DE 1977

La Asamblea General de Accionistas de la Empresa de Construccion Tributaria S.A., celebrada el 20 de febrero de 1977, en la ciudad de La Habana, a las 10:00 horas, con la asistencia de 15 accionistas, en cumplimiento de lo establecido en el Estatuto de la Empresa, aprobó lo siguiente:

1. La Asamblea General de Accionistas de la Empresa de Construccion Tributaria S.A., aprobó el informe de la Junta Directiva sobre el funcionamiento de la Empresa durante el periodo comprendido entre el 1.º de enero de 1976 y el 31 de diciembre de 1976, así como el informe de la Junta Directiva sobre el funcionamiento de la Empresa durante el periodo comprendido entre el 1.º de enero de 1977 y el 31 de diciembre de 1977.

2. La Asamblea General de Accionistas de la Empresa de Construccion Tributaria S.A., aprobó el informe de la Junta Directiva sobre el funcionamiento de la Empresa durante el periodo comprendido entre el 1.º de enero de 1978 y el 31 de diciembre de 1978, así como el informe de la Junta Directiva sobre el funcionamiento de la Empresa durante el periodo comprendido entre el 1.º de enero de 1979 y el 31 de diciembre de 1979.

3. La Asamblea General de Accionistas de la Empresa de Construccion Tributaria S.A., aprobó el informe de la Junta Directiva sobre el funcionamiento de la Empresa durante el periodo comprendido entre el 1.º de enero de 1980 y el 31 de diciembre de 1980, así como el informe de la Junta Directiva sobre el funcionamiento de la Empresa durante el periodo comprendido entre el 1.º de enero de 1981 y el 31 de diciembre de 1981.

19697956 219697956 2



Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nre nº 35300315740, EM SOCIEDADE LIMITADA, onde na mesma Assembleia os presentes sócios, cidadãos, lavraram e aprovaram o presente contrato social nos termos abaixo, que ora arquivam-se na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os devidos fins de direito em conformidade com a legislação em vigor.

CONTRATO SOCIAL

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - Por transformação da Sociedade Anônima EICON AUDITORIA E CONSULTORIA S/A, foi constituída, a sociedade limitada, sob a denominação social de EICON AUDITORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA, a qual se regerá pelo presente Contrato Social, e pelas disposições legais previstas na Lei 10406/2002 - Código Civil Brasileiro e supletivamente pela Lei das S/A - Lei 6404/76.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha, CEP: 04298-040 podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 3º - A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº. 9295/48 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática através de terceiros.

Artigo 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

(F)



Este Contrato de Prestação de Serviço Social, celebrado entre a
SOCIEDADE LIMITADA, inscrita no CNPJ nº 08.000.000/0001-00, e a
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
pelo presente instrumento particular, tem por objeto a prestação de
serviços de assistência social, conforme especificado no Anexo I.

CONTRATO SOCIAL

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E PRAZO

Artigo 1º - O presente Contrato de Prestação de Serviço Social, celebrado entre a
SOCIEDADE LIMITADA, inscrita no CNPJ nº 08.000.000/0001-00, e a
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
pelo presente instrumento particular, tem por objeto a prestação de
serviços de assistência social, conforme especificado no Anexo I.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede no Estado do Rio de Janeiro, na
Cidade de São Paulo, e a Consórcio tem sede no Estado do Rio de Janeiro,
na Cidade de São Paulo.

Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços de
assistência social, conforme especificado no Anexo I.

Artigo 4º - Da responsabilidade técnica: A responsabilidade técnica pela
execução dos serviços prestados é atribuída ao profissional de
saúde, devidamente registrado no Conselho de Classe, que atuará no
local de prestação dos serviços.

12.19697956



a) Contador Contratado - Sergio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nr. 15P140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei Nr. 9295/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Técnico em Contabilidade - CRC-TC - 15P204099/O-0, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nr. 9295/46.

Artigo 5. A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/64 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CAPITAL E QUOTAS

Artigo 6. O capital social, totalmente integralizado em moeda nacional do país, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma e assim distribuídos entre os sócios:

Nome	Quotas	Valor real
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS	1.000	1.000,00 - 1%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	99.000	99.000,00 - 99%
Totais:	100.000	100.000,00 - 100%

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7. A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de dois diretores, sendo um Diretor Administrativo/Financeiro e um Diretor Comercial, sócios ou não, residentes no país, nomeados em reunião ordinária dos sócios, com a presença dos sócios que representam 100% (cem por cento) do Capital Social, com mandato por prazo indeterminado.

Artigo 8. Os diretores nomeados na reunião acima citada permanecerão em seus cargos até a nomeação de novos diretores.

(1)



Parágrafo único - A investidura far-se-á por termo no livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Artigo 9º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro acionista.

Parágrafo único - É vedado aos diretores dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprio ou em negócios que lhe sejam alheios.

Artigo 10º - Poderá a diretoria contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto, as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá a diretoria nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

Artigo 11º - Os Diretores terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

Artigo 12º - No impedimento ou falta de qualquer diretor, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

CONSELHO FISCAL

Artigo 13º - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.



Artigo 11º - A proposta de alteração de estatuto social da entidade deve ser aprovada pelo Conselho Fiscal.

Artigo 12º - A entidade deve manter um livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal, onde conste o teor das deliberações tomadas, bem como o nome dos membros presentes e a data da reunião.

Artigo 13º - O Conselho Fiscal deve ser constituído por um número ímpar de membros, sendo o seu presidente eleito pelo Conselho Geral.

Artigo 14º - O Conselho Fiscal deve ser constituído por membros que não sejam membros do Conselho Geral, nem do Conselho de Administração.

Artigo 15º - O Conselho Fiscal deve ser constituído por membros que não sejam membros do Conselho Geral, nem do Conselho de Administração.

Artigo 16º - O Conselho Fiscal deve ser constituído por membros que não sejam membros do Conselho Geral, nem do Conselho de Administração.

Artigo 17º - O Conselho Fiscal deve ser constituído por membros que não sejam membros do Conselho Geral, nem do Conselho de Administração.

CONSELHO FISCAL

Artigo 18º - A proposta de alteração de estatuto social da entidade deve ser aprovada pelo Conselho Fiscal.

1997-01-12 16:09:56



REUNIÕES DOS SÓCIOS

Artigo 14º - Os sócios reunir-se-ão, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias ou extraordinárias, serão presididas por qualquer dos sócios.

TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS

Artigo 15º - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévio e expresso consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas cotas somente poderá ser feita a profissional ou profissionais habilitados, nos termos da Resolução CFC 868/99, caso o sócio Contador ou técnico em Contabilidade resolva retirar-se da sociedade, transferindo o total de suas quotas ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á os objetivos sociais e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de Profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Se as quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio, cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9295/466 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do Profissional legalmente habilitado.

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 16º - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.



MEMÓRIA DO PROJETO

Artigo 1.º - O projeto tem por finalidade a realização de estudos e pesquisas que contribuam para o conhecimento da realidade social e econômica do Brasil, bem como para a melhoria da qualidade da educação.

Parágrafo único - As pesquisas realizadas pelo projeto serão de natureza básica e aplicada.

TRANSFERÊNCIA DAS ATIVIDADES

Artigo 2.º - Quando o projeto for transferido para outra instituição, esta deverá assumir a responsabilidade por ele, bem como por todos os seus custos. A transferência do projeto deverá ser feita por meio de um termo de transferência, assinado pelo representante legal da instituição de origem e pelo representante legal da instituição de destino.

Parágrafo único - O projeto não poderá ser transferido para uma instituição que não seja filiada ao Conselho Nacional de Educação.

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 3.º - O projeto deverá ter como finalidade a realização de estudos e pesquisas que contribuam para o conhecimento da realidade social e econômica do Brasil, bem como para a melhoria da qualidade da educação.

Parágrafo único - O projeto não poderá ser transferido para uma instituição que não seja filiada ao Conselho Nacional de Educação.



DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO

Artigo 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representam a maioria do capital social.

Artigo 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

Artigo 19º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 868/90, se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido, ou caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, será-lhe dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de Profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento mortis, em 12 parcelas mensais após 60 dias do evento mortis.

DELIBERAÇÕES

Artigo 20º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

Artigo 21º - O Contador Contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceção as que se referem à alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei Nr. 9.295/46.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22º - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos



DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 1.º - La presente Ley tiene por objeto regular el funcionamiento de los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.

Artículo 2.º - La presente Ley es aplicable a los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.

Artículo 3.º - Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada, son:

- a) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- b) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- c) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.

Artículo 4.º - Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada, son:

- a) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- b) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- c) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 5.º - Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada, son:

- a) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- b) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- c) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.

Artículo 6.º - Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada, son:

- a) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- b) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- c) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 7.º - Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada, son:

- a) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- b) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.
- c) Los organismos de la Administración Pública Centralizada, en el ámbito de la competencia de la Administración Centralizada.

96219697956



públicas; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Artigo 23º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.

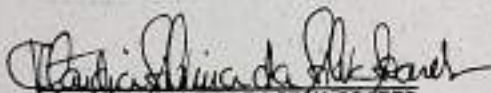
E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, foi aprovado em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

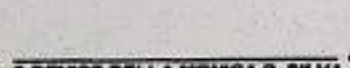
São Paulo, 04 de outubro de 2.004.



LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio.


CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio.

Testemunhas:


1- CLAUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
Rg. nr. 20.468.522 - SSP-SP.


2-DENISE DELLA MONICA P. SILVA
Rg. nr. 20.037.714-0


AMAUURI LIMA SOARES
ADVOGADO - OAB/SP 138236

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DEFESA
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
CERTIFICADO DE REGISTRO
NOME DO EMPRESÁRIO: **LUZ ALBERTO RODRIGUES**
Nº 68.344/05-3

INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
O DA PRODUÇÃO
O DO COMÉRCIO EXTERIOR
A DA CIDADANIA
O DE SÃO PAULO

JUCESP PROTOCOLO
81423/05-8

PROTOCOLO

68.344/05-3

JUCESP

68.344/05-3

ACORDADA
23 FEB 2005

23 FEB 2005
JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO

JUNTA COMERCIAL
23 FEB 2005
Gestor Valério Pereira
Nº 4.186/2004-82/83
Assessoria Técnica

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DADOS CADASTRAIS

PEÇOME

☒ SINGULAR ☐ COLEGIADO

NÚMERO DE NIRE (CIDE)

35219687958

NÚMERO DE CNPJ (SIC)

53.174.058/0001-18

ATOS

1. CANCELAMENTO DE CONTRATO
2. TRANSFERÊNCIA DE VILA
3. EXCLUSÃO DE MEMBRO
4. EXCLUSÃO DE MEMBRO
5. EXCLUSÃO DE MEMBRO

6. TRANSFORMAÇÃO
7. INCORPORAÇÃO
8. FUSÃO
9. CESSAÇÃO TOTAL
10. CESSAÇÃO PARCIAL
11. CANCELAMENTO DE CONTRATO

12. REGRAS
13. PROPOSTA DE LIQUIDAÇÃO
14. INCLUIÇÃO DE ATIVIDADE
15. EXCLUSÃO DE ATIVIDADE
16. EXCLUSÃO DE ATIVIDADE
17. ALTERAÇÃO DE OUTRAS
18. CANCELAMENTO

ALTERAÇÃO

19. NOME
20. ENDEREÇO DE ENTREGA
21. CAPITAL
22. ADMINISTRAÇÃO
23. TITULO DE CANCELAMENTO
24. CANCELAMENTO DE ATIVIDADE

FISCAL

25. ATIVIDADE
26. TITULO DE CANCELAMENTO
27. ALTERAÇÃO
28. EXCLUSÃO DE MEMBRO
29. EXCLUSÃO DE MEMBRO
30. EXCLUSÃO DE MEMBRO

NOME EMPRESARIAL (EXCERCIÇÃO DO NOME SOCIAL)

EXCON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

LOGRADOURO

VILA OSTENDE

NÚMERO

79

MUNICÍPIO

SÃO PAULO

ATIVIDADE

7420000

COMPLEMENTO

BARRIO
VILA VERMELHA

CEP

04208-040

UF

SP

DDD

11

TELEFONE

11 3081-1111

FAX

11 3081-1111

NOME DE ATIVIDADES

1. SIM
2. NÃO

CAPITAL ABERTO (SIM)

1. SIM
2. NÃO

DATA INÍCIO ATIVIDADE

1. SIM
2. NÃO

PRazo DURAÇÃO

1. INDETERMINADO
2. DETERMINADO

VALOR DO CAPITAL

1. SIM
2. NÃO

DEPENDER AUTORIZAÇÃO

1. SIM
2. NÃO

CAPITAL DA EMPRESA

1. SOCIAL
2. IMPOSTO DE RENDIMENTO
3. RESERVA

DATA DO TÍTULO

1. 11/02/2005
2. 11/02/2005
3. 11/02/2005

OUTRAS INFORMAÇÕES

QUANTIDADE DE FOLHAS ANEXADAS NESTE DOCUMENTO:

QUANTIDADE DE FOLHAS ENCAIXADAS NESTE DOCUMENTO:

LEGO DA JUCESP

DATA DO REGISTRO

1. 11/02/2005
2. 11/02/2005
3. 11/02/2005

ENCARGAMENTO DE

1. 11/02/2005
2. 11/02/2005
3. 11/02/2005

ENCARGAMENTO DE

1. 11/02/2005
2. 11/02/2005
3. 11/02/2005

VALORES RECOLHIDOS

1. 11/02/2005
2. 11/02/2005
3. 11/02/2005

1. 11/02/2005
2. 11/02/2005
3. 11/02/2005

NOME LUZ ALBERTO RODRIGUES

ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

DATA E LOCAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS E DE NÃO EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS E DE OUTRAS DESPESAS

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS E DE NÃO EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS E DE OUTRAS DESPESAS

923001

809028

202

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100



INFORMAÇÕES E DESPACHOS

Nome Empresarial: ECON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

DENOMINAÇÃO INTERIOR		
JUCESP		
250205		
DATA	VISTO	IDENT
SEGUIR, EM ANEXO, CÓPIA DE SPREMI RELATO LÍQUIDACIONAL		
22.01.05	fuw	
DATA	VISTO	IDENT
SEGUIR, EM ANEXO, RELAÇÃO DO CADASTRO DE EMPRESAS ATÉ REFERENTE AO PRESENTE PROTOCOLO		
27.01.05	fuw	
DATA	VISTO	IDENT
SEGUIR, EM ANEXO, CÓPIA DE DOCUMENTO ANEXADO		
DATA	VISTO	IDENT
OUTRAS INFORMAÇÕES		



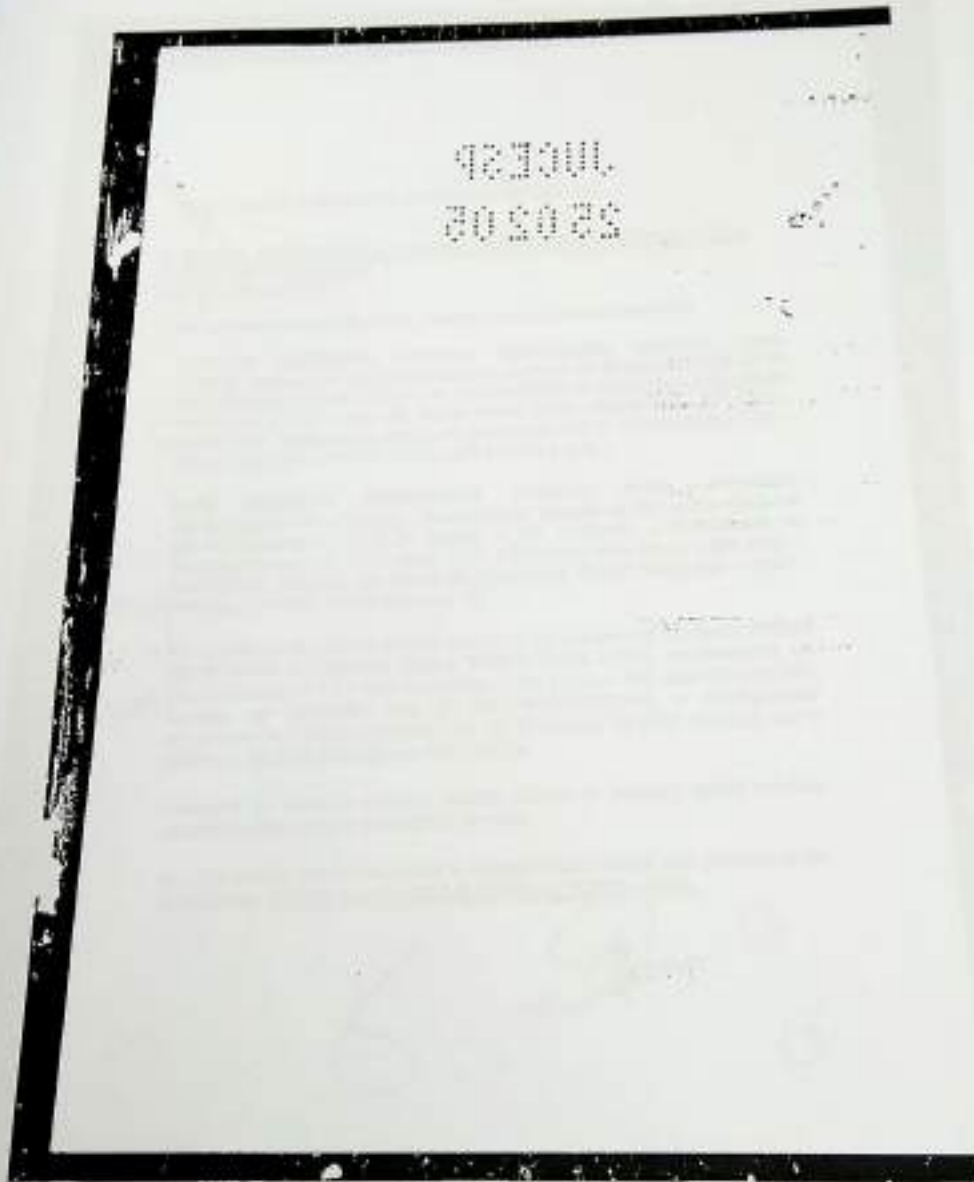
ENTRADA

14 JA

01000

14 JA

01000





ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA
EICON AUDITORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA.
CNPJ: 53.174.058/0001-18
C.E.C. 35.219.697.956

Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade de pessoas:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, maior, solteiro, técnico em contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº CRC-TC nº 1SP204099/0-0, residente e domiciliado na Rua C, nº 158 - Apto 34, Bairro Santa Cruz - São Paulo - SP, CEP - 04182-135, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP - SP e inscrito no CPF/MF nº 154.270.308-76 e o Sr.,

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração, CRA nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Avenida Moema, nº 177 - Apto 1011 - Moema - São Paulo - SP, CEP - 04077-909, portador da cédula de identidade RG nº 8.900.264 - SSP - SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

1. Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Limitada: **EICON AUDITORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA**, estabelecida na Rua Ostenda, nº 79 - Vila Vermelha - São Paulo - SP, CEP: 04258-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18, e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, sob o NIRE nº 35.219.697.956 em 16/12/2004.

Resolve de pleno e comum acordo alterar o contrato social original conforme cláusulas e condições, a saber:

A - Os sócios resolvem alterar a denominação social que passará a ser a seguinte: **EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.**



92300L
80 50 28



JUL 19 1997

B - Inclui-se Parágrafo único no Artigo 6º do Contrato Social, que terá a seguinte redação: Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nr. 9295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

C - Altera-se o Artigo 7º do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

D - Altera-se o Artigo 8º do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação: A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

E - Altera-se o Artigo 9º do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação: É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

F - Altera-se o Parágrafo único do Artigo 10º do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação: Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

8 2 1 2

G



023004
20 90 22



ATA

G - Altera-se o Artigo 11º do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação: Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

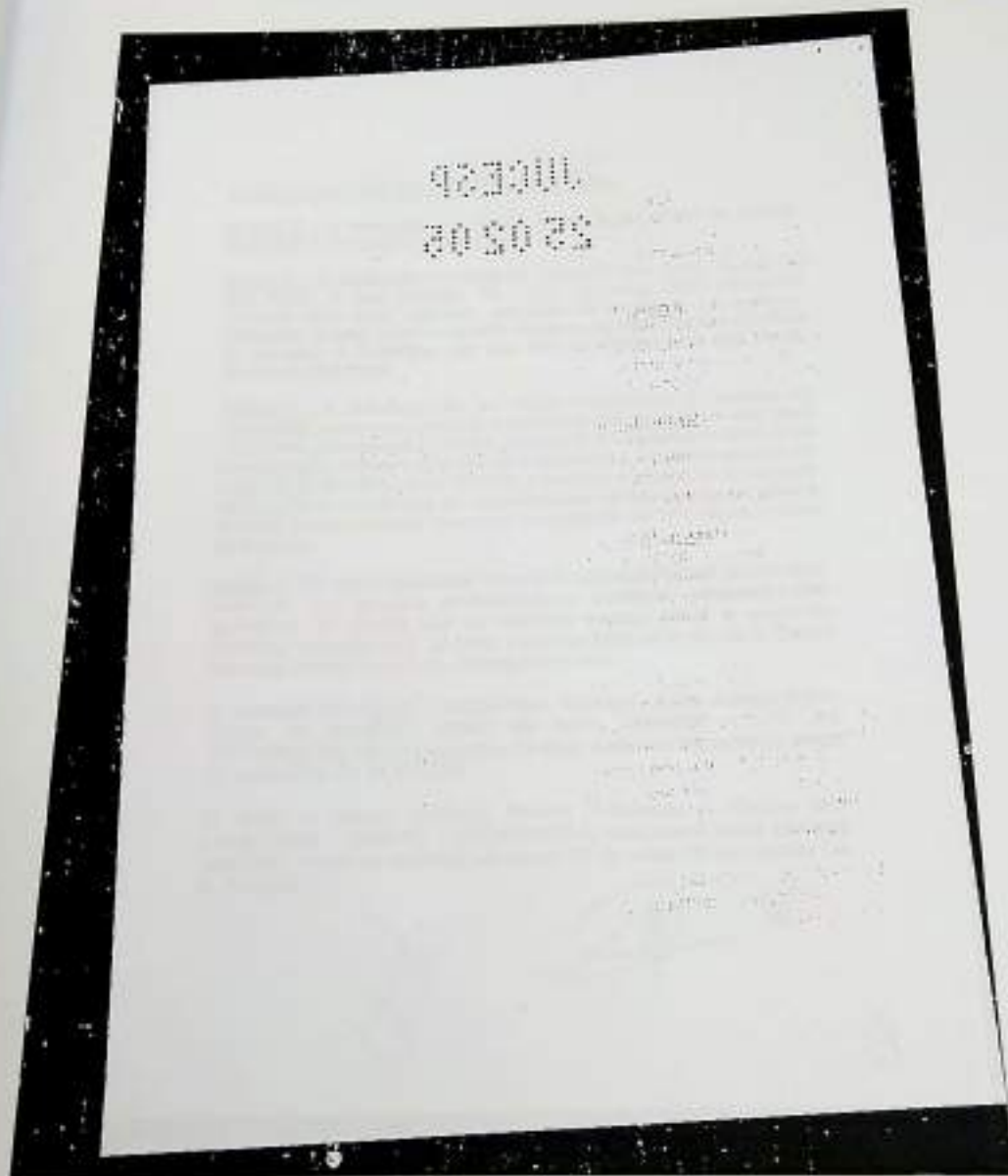
H - Altera-se o Artigo 12º do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação: No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

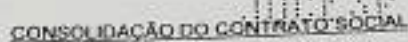
I - Altera-se o Parágrafo único do Artigo 19º do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação: Parágrafo Primeiro: Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento mortis, em 12 parcelas mensais após 60 dias do evento mortis.

J - Inclui-se o Parágrafo Segundo do Artigo 19º do Contrato Social, que terá a seguinte redação: Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gerência, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

H - Em face das alterações ora procedidas ficam alterados os Artigos 1º / Artigo 4º. - alterado somente o parágrafo Único / Artigo 7º / Artigo 8º / Artigo 9º / Artigo 10º - alterado somente parágrafo único / Artigo 11º / Artigo 12º / Artigo 14º / Artigo 14º. - alterado o parágrafo único / Artigo 15º / Artigo 16º - alterado somente o parágrafo Único / Artigo 17º / Artigo 18º e Artigo 19º. - alterados somente os Parágrafos Primeiro e segundo, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se.

E após as modificações acima ocorridas os sócios consolidam a alteração deste contrato social já adaptado ao novo código civil anteriormente.





Artigo 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ostendo, 79 - Vila Vermelha, CEP: 04289-040 podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de sua interesse, por deliberação = a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Técnico em Contabilidade - CRC-TC - 1SP204099/O-0, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº. 9295/46.

Handwritten signature and initials. The signature is a stylized, cursive 'S' followed by a dot. To its right are the initials 'S. S.' in a similar cursive style.

92300L

20 90 23



JUCESP

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, não poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25 do decreto-lei nº. 9295/45, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Artigo 5º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Artigo 6º - O capital social, totalmente integralizado em moeda nacional do país, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma e assim distribuídos entre os sócios:

Nome	Quotas	Valor reais
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS	- 1.000	1.000,00 - 1%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	- 99.000	99.000,00 - 99%
Totais:	100.000	100.000,00 - 100%

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

Artigo 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Artigo 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

G



923000

209025



Artigo 9º. É vedado aos sócios dar fiança, avia ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprio ou em negócios que lhe sejam objeto.

Artigo 10º. Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

Artigo 11º - Os Sócios terão direito a uma retida mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

Artigo 12º - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

Artigo 13º. - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

Artigo 14º - Os sócios reunir-se-ão, dentro dos 4(quatro) meses seguintes após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias ou extraordinárias, serão presididas por qualquer dos sócios.

92300L

30 50 20

JUCESP

Artigo 15º – Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévia e expressa consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas cotas somente poderá ser feita a profissional ou profissionais habilitados, nos termos da Resolução CFC 868/99, caso o sócio Contador ou técnico em Contabilidade resolva retirar-se da sociedade, transferindo o total de suas quotas ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á os objetivos sociais e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de Profissional legalmente habilitado.

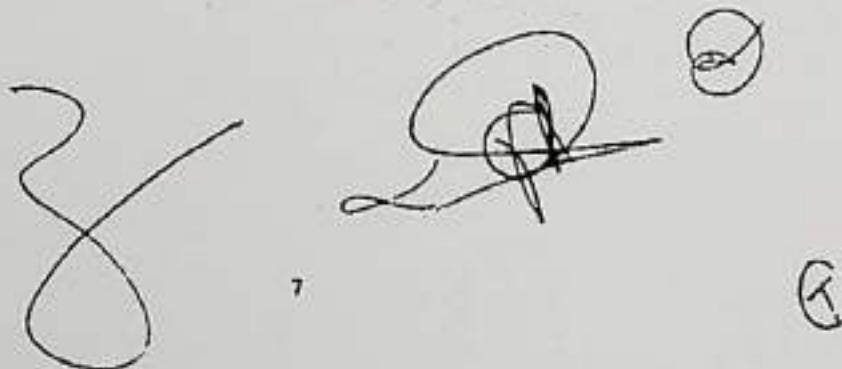
Parágrafo único – Se às quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio, cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9295/466 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do Profissional legalmente habilitado.

Artigo 16º - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único – O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

Artigo 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representam a maioria do capital social.

Artigo 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

The block contains several handwritten marks. On the left is a large, stylized signature. In the center is another signature with a circular flourish. To the right of the center signature is a small circle containing a checkmark. Below the center signature is a small number '7'. At the bottom right is a small circle containing the letter 'A'.